

Câmara Municipal de Santo Antonio do Paraíso

CNPJ Nº 78.955.663/0001-57

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Telefax (043)3224-1333 - Cep: 86315-000

Site: www.santoantonioparaíso.pr.leg.br - E-mail: cmsap@santoantonioparaíso.pr.leg.br

PARECER JURÍDICO

Parecer nº 11/2025

Requerimento nº 01/2025

Projeto de Lei nº 20/2025

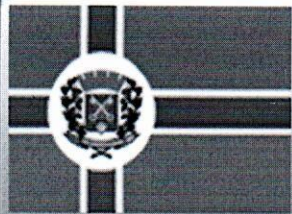
Súmula: Dispõe sobre a denominação de Rua no “Conjunto João Francelino Filho”, e dá outras providências.

Trata-se de requerimento n. 01/2025 da Comissão de Justiça, Segurança Pública e Redação, solicitando parecer para o Projeto de lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre a denominação de Rua no “Conjunto João Francelino Filho”, e dá outras providências.

O **art. 1º** do Projeto de Lei conta a seguinte redação:
“Passa a Rua Projetada ‘03’, localizado no ‘Conjunto João Francelino Filho’, do Município de Santo Antônio do Paraíso/PR, a denominar de Rua: ‘LEONARDO RAMAZES ALVES LHEN’

Instruem o feito: Requerimento n. 01/2025, Minuta do Projeto de Lei n. 20/2025, justificativa e Certidão de Óbito.

Eis o breve relatório.



Câmara Municipal de Santo Antonio do Paraíso

CNPJ Nº 78.955.663/0001-57

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Telefax (043)3224-1333 - Cep: 86315-000

Site: www.santoantonioparaíso.pr.leg.br - E-mail: cmsap@santoantonioparaíso.pr.leg.br

FUNDAMENTAÇÃO

No que diz respeito à competência, não há qualquer óbice à propositura legislativa em apreço. Conforme dispõe o artigo 30, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: *“Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.”*

Por interesse local entende-se:

todos os assuntos do Município, mesmo em que ele não fosse o único interessado, desde que seja o principal. É a sua predominância; tudo que repercute direta e imediatamente na vida municipal é de interesse local.
(p.49)¹

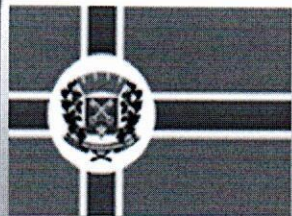
Por sua vez, a Lei Orgânica do Município autoriza a Câmara Municipal a legislar sobre a matéria, com a seguinte redação:

Art. 30 – Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do município e, especialmente:

[...]

XVI – autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

¹ CASTRO José Nilo de, in Direito Municipal Positivo, 4. ed., Editora Del Rey, Belo Horizonte, 1999.



Câmara Municipal de Santo Antônio do Paraíso

CNPJ Nº 78.955.663/0001-57

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Telefax (043)3224-1333 - Cep: 86315-000

Site: www.santoantonioparaíso.pr.leg.br - E-mail: cmsap@santoantonioparaíso.pr.leg.br

No presente caso, a minuta do Projeto de Lei apresentou a seguinte justificativa:

Mister dizer que apesar de **LEONARDO RAMAZES ALVES LHEN**, ter falecido jovem com apenas 15 anos, o mesmo cumpre com os requisitos impostos pela Lei Orgânica e Municipal e deve ser homenageado.

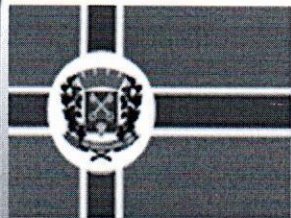
Sobre os requisitos exigidos pela lei podemos dizer que: a) Não há nenhuma conduta desabone o falecido em relação a seu conceito social; b) Seu óbito encontra-se comprovado conforme certidão de Óbito matrícula nº 087221 01 55 2019 4 00004 084 0000517 01 do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Santo Antônio do Paraíso/PR, comarca de Congonhinhas/PR (em anexo); c) Quanto há história do falecido e suas contribuições para o município, é de se afirmar que apesar de ter tido uma vida breve, sempre foi um menino de bom coração, educado, que frequentava a escola deste município e praticava esportes, podendo se assegurar de que se estivesse vivo até hoje estaria contribuindo positivamente para este

Município, além de que as circunstâncias trágicas de sua morte causaram grande comoção a toda população Santo-antoniense, sendo está uma forma de expressar sentimentos de pesar a família e a toda comunidade.

Apresentada justificativa e, cumprindo todos os requisitos exigidos pelo Regimento Interno e artigo 3º da Lei 1781/2025, apresento o presente projeto de Lei para que a Rua Projetada "03", localizada no "Conjunto João Francelino Filho", do Município de Santo Antônio do Paraíso/PR, a denominar-se de **Rua: "LEONARDO RAMAZES ALVES LHEN"**.

Sem dúvida que o trágico falecimento do jovem Leonardo Ramazes Alves Lhen causou muita tristeza na comunidade Santo-antoniense, principalmente para seus entes familiares.

Neste momento de profunda dor e tristeza, expressa-se os mais sinceros sentimentos pelo falecimento deste jovem, cuja vida foi interrompida precocemente.



Câmara Municipal de Santo Antonio do Paraíso

CNPJ Nº 78.955.663/0001-57

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Telefax (043)3224-1333 - Cep: 86315-000

Site: www.santoantonioparaíso.pr.leg.br - E-mail: cmsap@santoantonioparaíso.pr.leg.br

Sendo assim, o jovem Leonardo merece toda as solidariedades e homenagens.

Por outro lado, necessário consignar que em **18 de março de 2025, foi publicado a Lei Municipal n. 1.781/2025, a qual fora aprovada pelos nobres edis e publicada sem vetos pelo Chefe do Poder Executivo.**

A Lei Municipal n. 1.781/2025 conta com a seguinte súmula: *"Dispõe sobre os critérios de denominação de ruas, praças, monumentos, obras e edificações públicas no município de Santo Antônio do Paraíso e dá outras providências"*

Ou seja, a referida legislação se aplica integralmente ao presente projeto de lei n. 20/2025.

O art. 3º da lei municipal 1.781/2025, traz os requisitos para realização de denominação de ruas:

Art. 3º - Quando se tratar nomes de pessoas deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

I - Os homenageados deverão gozar de bom conceito social, observando-se o disposto no artigo 186, § único da Lei Orgânica Municipal que proíbe atribuir nome de pessoa viva a bem público;

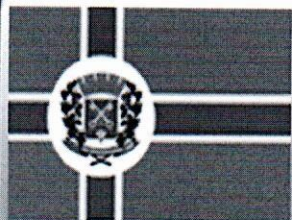
II - O óbito será comprovado com a apresentação de atestado ou certidão.

III - que o homenageado tenha comprovadamente prestado serviços relevantes ao Município, ou ao Estado, ou ao País e ou à Humanidade, nos diversos campos do conhecimento humano, da educação, da cultura, dos esportes, das artes, da política e da filantropia e;

IV - que resgatem e se identifiquem com a história de Santo Antônio do Paraíso;

V - que não haja outra via, próprio ou logradouro público a que já tenha sido atribuído o nome da pessoa a quem se pretende homenagear.

VI - as placas de Ruas, Avenidas, Alamedas e Travessas com denominação de nomes próprios, implementadas a partir da publicação da presente lei, deverão constar a biografia resumida do homenageado;



Câmara Municipal de Santo Antonio do Paraíso

CNPJ Nº 78.955.663/0001-57

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Telefax (043)3224-1333 - Cep: 86315-000

Site: www.santoantonioparaíso.pr.leg.br - E-mail: cmsap@santoantonioparaíso.pr.leg.br

Foi juntado ao Projeto de Lei 20/2025 os requisitos constantes nos incisos I e II, da Lei Municipal 1.781/2025.

Porém, conforme consta nos autos, não foi juntado os documentos exigidos pelos incisos III, IV, V e VI.

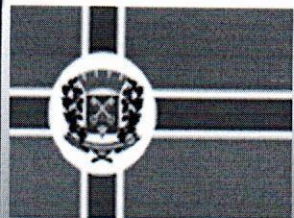
Não cabe a esta Advocacia Pública realizar juízo de valor sobre a idoneidade do jovem, **somente se esta aqui analisando se fora anexado os documentos exigidos pela legislação municipal**, caso fosse juntado os documentos exigidos pela Lei Municipal, não haveria obste ao prosseguimento do Projeto de Lei n. 20/2025.

Além disso, importante consignar que a Administração Pública, incluindo o Poder Legislativa, esta vinculado ao princípio/regra da legalidade, que decorre diretamente do artigo 37, caput, da CF/88, impondo a atuação administrativa somente quando houver previsão legal.

Nos ensinamentos de Matheus Carvalho:

O princípio da legalidade decorre da existência do Estado de Direito como uma Pessoa Jurídica responsável por criar o direito, no entanto submissa ao ordenamento jurídico por ela mesmo criado e aplicável a todos os cidadãos.

[...]



Câmara Municipal de Santo Antonio do Paraíso

CNPJ Nº 78.955.663/0001-57

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Telefax (043)3224-1333 - Cep: 86315-000

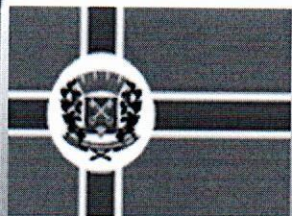
Site: www.santoantonioparaíso.pr.leg.br - E-mail: cmsap@santoantonioparaíso.pr.leg.br

Com efeito, o administrador público somente pode atuar conforme determina a lei, amplamente considerada, abarcando todas as formas legislativas - desde o próprio texto constitucional até as leis ordinárias, complementares e delegadas. É a garantia de que todos os conflitos sejam solucionados pela lei, não podendo o agente estatal praticar condutas que considere devidas, sem que haja embasamento legal específico. Dessa forma, pode-se estabelecer que, no Direito Administrativo, se aplica o princípio da Subordinação à lei. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima. (p.66-68)²

Por fim, relevante destacar que não há nenhuma iniciativa legislativa ou projeto de lei que busque alterar a Lei Municipal 1.781/2025 ou eventual ação judicial que questione seus dispositivos, ostentando assim, presunção de constitucionalidade.

Por todo o exposto, o Projeto de Lei n. 20/2025, exclusivamente da maneira que foi apresentado, não cumpriu com as exigências previstas na Lei Municipal 1.781/2025.

² Carvalho, Matheus. Manual de direito administrativo/ Matheus Carvalho - 4. ed. rev. ampl. e atual. - Salvador: JusPODIVM, 2017.



Câmara Municipal de Santo Antonio do Paraíso

CNPJ Nº 78.955.663/0001-57

ESTADO DO PARANÁ

Av. Deputado Nilson Ribas, 886 - Telefax (043)3224-1333 - Cep: 86315-000

Site: www.santoantonioparaíso.pr.leg.br - E-mail: cmsap@santoantonioparaíso.pr.leg.br

CONCLUSÃO

Diante do exposto, **da maneira que este apresentado**, a Advocacia da Câmara de Vereadores exara parecer contrário à aprovação do Projeto de Lei n. 20/2025, por afronta ao art. 3º da Lei Municipal n. 1.781/2025 e à regra constitucional de legalidade estrita.

Consigna-se que a manifestação levada a efeito é de **natureza meramente OPINATIVA** e, portanto, não vinculante para os legisladores, assegurada a soberania do Plenário, o qual podem, adotar ou não a **orientação** exposta neste parecer, ou seja, tem natureza obrigatória, porém, não vinculante.³

É o Parecer, SMJ.

Santo Antônio do Paraíso/PR, 11 de abril de 2025.


GUILHERME JOSÉ DE MELLO

Advogado da Câmara de Vereadores⁴

OAB/PR nº 109.737

³ STF: Ag.reg no HC 155.020 – Art. 2º, §3º da lei n. 8.906/1994 e Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.

⁴ Advogado nomeado através do Decreto n. 045, de 19.03.2025.